

IN MEMORIAM

ESTUDOS DE HOMENAGEM A ANTÓNIO AUGUSTO TAVARES

JOÃO LUÍS CARDOSO, JOSÉ DAS CANDEIAS SALES [EDS.]

IN MEMORIAM

ESTUDOS DE HOMENAGEM A ANTÓNIO AUGUSTO TAVARES

JOÃO LUÍS CARDOSO, JOSÉ DAS CANDEIAS SALES [EDS.]

UNIVERSIDADE ABERTA | LISBOA 2018

TÍTULO

IN MEMORIAM. ESTUDOS DE HOMENAGEM A ANTÓNIO AUGUSTO TAVARES

CAPA

Alegoria da História (excerto). Gravura desenhada e gravada por Pedro de Rochefort, 1728. In Silva, M. Telles da (1727) – *Historia da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa occidental, na Officina de Joseph Antonio da Sylva.

EDITORES

JOÃO LUÍS CARDOSO; JOSÉ DAS CANDEIAS SALES

EDITOR

UNIVERSIDADE ABERTA

COLEÇÃO

CIÊNCIA E CULTURA, N.º 2

PRODUÇÃO

SERVIÇOS DE PRODUÇÃO DIGITAL | DIREÇÃO DE APOIO AO CAMPUS VIRTUAL

ISBN: 978-972-674-809-0

ANO: 2018

História, Memória e Futuro

Apresentação

In Memoriam – Testemunho

1. **João Luís Cardoso**, Primórdios dos estudos pré-históricos em Portugal: os concheiros mesolíticos de Muge (Salvaterra de Magos) e os seus exploradores
2. **José Augusto Ramos**, Semânticas de mediação divina em matriz pré-clássica
3. **António Ramos dos Santos**, O Direito na antiga Mesopotâmia
4. **Francisco Caramelo**, O ideário e o discurso expansionistas nas inscrições de Tukulti-Ninurta I
5. **Maria Helena Trindade Lopes**, “As primeiras greves da História” – os trabalhadores de Deir el-Medina e o reinado de Ramsés III
6. **Luís Manuel de Araújo**, A XXI dinastia egípcia: as Duas Terras separadas
7. **José das Candeias Sales**, A Isis alexandrina: tradição *versus* adaptação nas antigas Dinâmicas culturais mediterrânicas
8. **Nuno Simões Rodrigues**, Tragédia de Mariame, *Regina Ivdaeorvm* (J. AJ 15.15-258)
9. **Virgílio Hipólito Correia**, A expressão artística do mito das “cabeças cortadas” no Ocidente da Península Ibérica durante a Idade do Ferro
10. **Mário Varela Gomes**, Epigrafia da I Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular – Quebrar o Silêncio
11. **Rosa Varela Gomes**, A pesca no Sudoeste do *Gharb al-Andalus*
12. **Geraldo Morujão**, O Evangeliário medieval da Sé de Viseu. Cotejo com a Vulgata Clementina e a tradição manuscrita dos Evangelhos
13. **Maria Filomena Andrade**, Uma espiritualidade renovada: a reforma coletina em Portugal nos finais da Idade Média
14. **Saul António Gomes**, Cristãos-novos de Coimbra nos primórdios de Quinhentos
15. **Pedro Flor**, Decoração de interiores: a estratégia artística de D. Manuel I e a Sala dos Brasões do Paço de Sintra
16. **Ana Paula Menino Avelar**, Reconstruindo a *possível* livraria quinhentista de Fernão Lopes de Castanheda (1512?-1559)
17. **Paulo Oliveira Ramos**, A origem francesa da expressão ‘arqueologia industrial’: autores e publicações
18. **Maria Alexandra Trindade Gago da Câmara**, Com José-Augusto França. Singularidades do azulejo na história da arte portuguesa
19. **Maria Isabel João**, Os museus nos Açores. Memórias, identidade e desenvolvimento
20. **Carla Alexandra Gonçalves**, Da percepção à representação

1

PRIMÓRDIOS DOS ESTUDOS PRÉ-HISTÓRICOS EM PORTUGAL: OS CONCHEIROS MESOLÍTICOS DE MUGE (SALVATERRA DE MAGOS) E OS SEUS EXPLORADORES

THE DAWN OF PREHISTORIC STUDIES IN PORTUGAL: THE MESOLITHIC SHELL MIDDENS OF MUGE (SALVATERRA DE MAGOS) AND THEIR EXPLORERS

João Luís CARDOSO
Joao.Cardoso@uab.pt
[Universidade Aberta
Academia das Ciências de Lisboa
Academia Portuguesa da História]

RESUMO

Caracterizam-se as primeiras investigações arqueológicas de carácter científico realizadas em estações portuguesas de época pré-histórica, os concheiros mesolíticos das ribeiras de Muge e de Magos, afluentes da margem esquerda do Tejo, bem como as condições pessoais e institucionais em que as mesmas se realizaram.

Palavras-chave: Concheiros; Mesolítico; Muge; século XIX.

ABSTRACT

The first archaeological investigations of a scientific nature in a Portuguese prehistoric site, are carried out in the Mesolithic shell middens of the Muge and Magos streams, tributaries of the left bank of the Tagus river. In this paper we describe the main characteristics of the first field works, as well as the personal and institutional conditions in which they are carried out.

Keywords: Shell middens; Mesolithic; Muge; 19th century.

1 – PESSOAS E INSTITUIÇÕES

Por Decreto de 8 de Agosto de 1857 foi criada a Segunda Comissão Geológica de Portugal, dependendo do Director dos Trabalhos Geodésicos do Reino, o General Filipe Folque e funcionando no âmbito do Ministério das Obras Públicas, sendo Ministro o Conselheiro Carlos Bento da Silva.

Conforme refere Pedro de Aguiar (Aguiar, 1941), casado com uma neta de Carlos Ribeiro, o Ministro pretendia que fosse Carlos Ribeiro (Fig. 1) a ocupar o lugar, em virtude de desempenhar, desde que o referido Ministério foi criado, em 1852, e a convite do então ministro, António Maria de Fontes Pereira de Melo, o lugar de Chefe da Secção de Minas; mas, reconhecendo-se a evidente vantagem de a referida Comissão ter alguém particularmente vocacionado para os estudos paleontológicos, considerados, e bem, como indispensáveis, foi Carlos Ribeiro, ao que parece por vontade própria, co-optado na direcção do recém-criado serviço com Francisco António Pereira da Costa (Fig. 2), tendo como adjunto de ambos Joaquim Filipe Nery da Encarnação Delgado (Fig. 3).

Pereira da Costa, já então Lente de Mineralogia e de Geologia na Escola Politécnica, tinha anteriormente trabalhado, de forma profícua, com o então Capitão graduado de Artilharia Carlos Ribeiro: ambos haviam redigido a Lei de Minas, publicada em 31 de Dezembro de 1852, a qual vigorou por largo tempo. Existia, pois, confiança e estima mútuas entre ambos, as quais, ulteriormente, se desvaneceram, por divergências que adiante serão abordadas com mais detalhe.

Tratava-se de uma verdadeira aliança entre dois homens complementares: Carlos Ribeiro, com uma larga experiência anterior de trabalhos geológicos de campo, de índole variada, desde a prospecção de águas até à construção de estradas e exploração mineira, servida por adequada preparação militar e gosto por tal tipo de trabalhos; e Pereira da Costa, formado em Medicina, de hábitos sedentários e citadinos, especialmente vocacionado para trabalhos de gabinete, especialmente a identificação e descrição de fósseis terciários, em que se tornou especialista conceituado. Assim, tudo indicava que a relação funcional entre estas duas personalidades tão diferentes seria altamente profícua, dando Pereira da Costa o apoio paleontológico às investigações no terreno de Carlos Ribeiro, no respeitante à idade das formações geológicas cuja cartografia estava a seu cargo. A confiança estabelecida entre ambos era comprovada pelo facto de a primeira sede da Comissão Geológica presidida por ambos se situar na própria residência particular de Pereira da Costa, na rua de São Roque (Delgado, 1905), onde esteve instalada entre de Novembro de 1857 a Abril de 1859 (Almeida e Carvalhosa, 1974), altura em que passou a ocupar o andar superior do extinto Convento de Jesus, já então propriedade da Academia das Ciências de Lisboa, onde ainda hoje mantém o Museu Geológico, dependente do Ministério da Economia.

Carlos Ribeiro foi um pioneiro: sabendo que o desenvolvimento do País dependia, em parte, do conhecimento geológico que dele se tivesse, cedo empreendeu estudos de índole geológica, nas suas diversas vertentes:

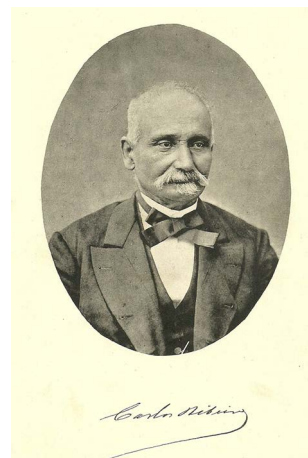


Fig. 1. Carlos Ribeiro (1813-1882).

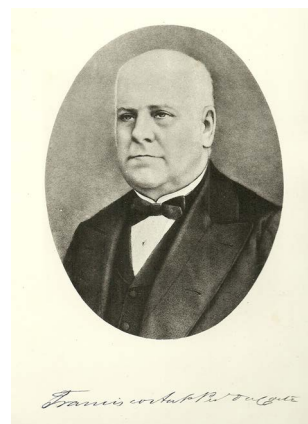


Fig. 2. Francisco Pereira da Costa (1808-1888).



Fig. 3. Joaquim Filipe Nery Delgado (1835-1908).

sem descurar a chamada “Geologia pura”, onde se integrava a cartografia geológica, desenvolveu, a partir dela, múltiplos campos de trabalho no domínio do reconhecimento dos recursos minerais e hidrogeológicos. Para tal, cedo empreendeu, a par de Nery Delgado, nomeado desde logo Adjunto da Comissão Geológica, prolongadas estadas no terreno, de que resultou a publicação das primeiras cartas geológicas, logo em 1866 e em 1867, à escala de 1/100 000; estas duas cartas, que, embora impressas, jamais chegaram a ser distribuídas, devido à extinção da Comissão Geológica de Portugal em 1868, constituíram a primeira tentativa séria para a cartografia geológica do país (Zbyszewski, 1949). Em trabalho recente explica-se as razões de natureza científica, que levaram a que, mesmo depois de restaurada a Comissão Geológica, logo em finais de 1869, tais cartas se terem mantido em depósito, por decisão de Carlos Ribeiro, uma vez que, do ponto de vista logístico poderiam ter sido então distribuídas (Cardoso, 2013 a).

Carlos Ribeiro, era, pois, um homem do terreno e de acção, ainda que não descurasse a publicação científica dos resultados das suas explorações; nascido em 1813, filho de um fundidor da prata da Casa da Moeda, cedo teve que ganhar a vida, como marçano: aos dez anos, trabalhava numa mercearia da rua de São João da Mata, em Lisboa. Conta-nos o seu principal biógrafo, o já então General de Divisão Nery Delgado, em 1905, que aquele estabelecimento era frequentado por rapazes de boas famílias que dele faziam centro de reunião. Entre os mais assíduos contava-se Filipe Folque, então aluno-cadete da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho e que se assumiu como protector do esperto marçano. Carlos Ribeiro adquiriu uma gramática da língua francesa e em breve estava habilitado a aproveitar-se da leitura dos livros que Folque lhe emprestava, o que lhe permitiu, aos 19 anos, a 4 de Agosto de 1833, assentar praça em artilharia, abraçando a causa constitucional, em desarmonia com seu pai, que era absolutista. A partir daí, não poderia esperar dele o menor auxílio; estava entregue a si próprio e aos apoios que soubesse cativar, a partir das suas qualidades e comportamento. A vida movimentada de Carlos Ribeiro, tanto no plano profissional, como no plano sentimental, foi, aliás objecto de um curto mas tocante romance de Camilo Castelo Branco, intitulado “O General Carlos Ribeiro (recordações da mocidade)” publicado dois anos depois do falecimento do seu antigo condiscípulo na Academia Politécnica do Porto (Castelo-Branco, 1884).

Pelo contrário, Francisco Pereira da Costa, nascido em Lisboa a 11 de Outubro de 1809, era, como se referiu, o protótipo do investigador de gabinete, de hábitos regulares e sedentários. Como Carlos Ribeiro, combateu pelo liberalismo, no batalhão académico, concluindo, logo depois do triunfo da causa constitucional, o curso de Medicina na Universidade de Coimbra. Aquando da fundação da Escola Politécnica, em 1837, Pereira da Costa, que se sentia muito mais atraído pelo estudo das Ciências Naturais do que pela Medicina, concorreu a um lugar de Lente da Cadeira de Mineralogia e Geologia, do qual só viria a tomar posse em 1840.

Dotado de um espírito meticuloso, Pereira da Costa interessou-se, durante o período em que decorreu a reconstrução do edifício da Escola Politécnica, depois do grande incêndio de 1843, pela catalogação das colecções do Museu de História Natural, então sediado na Academia das Ciências de Lisboa, onde provisoriamente continuou a reger as suas aulas (Gomes, 1903/1904). Nas colecções de História Natural, o núcleo mais importante era constituído pela Colecção Real da Ajuda, transferida para a Academia. Boa parte desta colecção foi, em resultado da intervenção de Pereira da Costa, incorporada ulteriormente na Escola Politécnica, onde acabou por ser destruída em 1978, aquando do terrível incêndio que ali lavrou. Compreende-se, pois, a falta de entusiasmo de Pereira da Costa, no crescimento diário das colecções da Comissão Geológica, em concorrência, ao menos parcial, com as da Politécnica, apesar de ser o autor de importante proposta, apresentada na sequência da reforma da Academia das Ciências de Lisboa de Dezembro de 1851, na sessão de 10 de Março de 1852 (Costa, 1949) e de que a seguir se dá curta transcrição:

“Entre os meios que o Decreto da Reforma da Academia Real das Ciências de Lisboa aponta para satisfazer-se aos fins desta instituição, mencionam-se os dois seguintes:

1.º - O estudo especial do solo português tanto no continente, como nas províncias ultramarinas,

considerando em si mesmo, e em relação às artes industriais. 2.º - Ampliar as colecções da Academia de produtos naturais. – Pertence à secção de Ciências Histórico-Naturais, tratar da execução destes dois preceitos de lei, e a mim, como encarregado até agora da classificação do Museu, indicar o que me parece mais conveniente fazer a tal respeito ...”.

Esta tomada de posição tinha, no entanto, um destinatário preciso: Charles Bonnet, e as colecções que este reunira enquanto responsável pela Primeira Comissão Geológica do Reino, insistentemente solicitadas por Pereira da Costa, que “julgava indispensável agrupar em um único local todos os elementos de estudo das Ciências Histórico-Naturais que se encontravam dispersos em Lisboa, e ministrar o ensino no estabelecimento onde esses elementos ficassem reunidos, dando-lhe carácter “decididamente prático”. Para tanto, alvitrava que passassem para o Museu da Academia não só a colecção existente na Casa da Moeda – iniciada por Eschwege (...) – mas, também, as da Escola Politécnica e as, no seu dizer, da “Comissão da Carta Geológica do Reino”, correspondentes às reunidas pela 1.ª Comissão Geológica, dirigida por Charles Bonnet (Costa, 1949, p. 8).

Não conseguiu os seus intentos, bem pelo contrário, porque, por um lado, fora entretanto restabelecido o ensino na Escola Politécnica, depois da reconstrução do edifício na sequência do incêndio de 1843, e, por outro, a decisão governamental de restaurar a Comissão Geológica no âmbito do Ministério das Obras Públicas, acabava por esvaziar completamente o projecto de ser a Academia das Ciências de Lisboa a liderar tal processo. Desvanecida a importância da Academia no reconhecimento geológico do País, pela criação, no âmbito do Ministério das Obras Públicas, em Agosto de 1857, da 2.ª Comissão Geológica, aliás rapidamente enriquecida pelos materiais de estudo e comparação trazidos por Carlos Ribeiro, em resultado da missão ao estrangeiro efectuada de 4 de Julho a 14 de Dezembro de 1858 (Delgado, 1905), só restaria a Pereira da Costa entender-se com este último com quem, de resto, mantinha boas relações.

Tais relações de trabalho, desenvolvidas sob o princípio da complementaridade antes enunciada, manter-se-iam até 1866/1867. Mas, como se adivinha, a crescente má vontade acumulada em Pereira da Costa pelo engrandecimento do espólio da Comissão Geológica, aproveitando verbas postas à disposição da Instituição, mas onde não se fazia ensino, em detrimento do Museu da Politécnica, onde Pereira da Costa continuava a pertencer e a ensinar, mas que lutava, como hoje, com falta de verbas – e só servindo o Ensino é que o Museu no seu entender teria sentido – terão estado na origem de desentendimentos insanáveis. Mais uma vez, recorre-se a Nery Delgado, que, discretamente, os menciona:

“Tendo sido autorizada uma verba especial para o reconhecimento geologico geral do paiz (...), começaram os trabalhos do reconhecimento em 18 de maio de 1866, partindo Carlos Ribeiro para o Alemtejo em companhia do adjunto da Commissão (o próprio Nery Delgado). Regressaram ambos a Lisboa em novembro, e em abril de 1867 saíram para o norte do reino, ficando terminados os trabalhos d’este primeiro reconhecimento no fim de setembro d’este anno.

Datam d’esta epoca as desintelligencias entre os dois membros directores da Commissão geologica, as quaes tiveram tão funestos resultados. Por um motivo qualquer, que não será fácil comprehender, Pereira da Costa oppoz-se tenazmente á execução do reconhecimento, criando-lhe as possiveis difficuldades, e negando-se abertamente a colaborar no trabalho e a fiscalizar as despesas, como fazia para a verba ordinaria da Commissão”.

(...). Testemunha presencial d’esta lucta desde o seu começo, não pude nunca descortinar qual fosse o seu verdadeiro fundamento. Na correspondencia particular de Carlos Ribeiro apparece como causa proxima a sua desavença com Pereira da Costa, o desaccordo sobre um ponto de administração; mas eu creio que esta dissidencia facilmente poderia compor-se, dadas as relações de intima amizade que os ligavam, se outra causa occulta não contribuisse para aquelle resultado. Mesmo na sua correspondencia parece ver-se que, por detrás das razões apresentadas, havia outra causa mais intima de rompimento. Talvez um mal entendido, uma desconfiança que depois se tornou em offensa grave, é que deu origem áquella lucta desgraçada, que inutilizou um dos contendores, e em que o outro nada

ganhou com o triumpho” (Delgado, 1905: 23, 24).

Pedro de Aguiar foi o único que, até ao presente, indica pistas concretas para a desavença entre os dois colegas; diz ele:

“O meu querido amigo e tio por afinidade, (...) José Vitorino Damásio Ribeiro, contou-me, ainda que veladamente, que tinha sido um mal entendido ou susceptibilidade refinada do Dr. Pereira da Costa. Apesar duma certa idade, o Dr. Pereira da Costa tinha uns ocultos amores que o entusiasmaram. Carlos Ribeiro sempre delicado, talvez lhe tivesse dito mesmo alguma coisa de que o Dr. Pereira da Costa não gostou. Daí o possível ressentimento e depois divergência, porque as ofensas de amor não se perdoam” (Aguiar, 1941: 25).

Esta versão foi, também seguida como causa imediata do desastroso desfecho conhecido, por M. Telles Antunes, ainda que não cite Pedro de Aguiar (Antunes, 1987: 795; Antunes, 1989: 144), seguindo Carrington da Costa (Costa, 1949: 13), que atribuiu a dissensão a uma disputa amorosa entre ambos, sem contudo a fundamentar. Porém, por detrás destas mundanidades, outras realidades, mais profundas e imperiosas, explicarão melhor o sucedido.

Sem recorrer a especulações sobre a vida sentimental de Carlos Ribeiro (Castelo-Branco, 1884), nem do aparentemente austero lente da Politécnica, este tinha motivos objectivos que justificariam a tentativa de neutralização da Segunda Comissão Geológica, já acima indicados, agravados pela maneira oposta de ver o prosseguimento dos estudos geológicos em Portugal. Este aspecto seria suficiente, por si só, para não avalizar a utilização da referida verba extraordinária de que fala Nery Delgado em trabalhos de campo.

Com efeito, se, para Carlos Ribeiro, a prioridade estava no reconhecimento geológico do país, de que resultou a publicação das duas primeiras folhas na escala de 1/100 000, em 1866 e 1867, acima aludidas, e logo, em 1876, a primeira edição da Carta Geológica de Portugal metropolitano, na escala de 1/500 000, para Pereira da Costa, tal linha de orientação apenas tinha interesse se lhe fornecesse matéria-prima para as publicações científicas, sem dúvida importantes e cientificamente úteis, mas igualmente de altos custos; recorde-se, a título de exemplo, o notável estudo sobre os gastrópodes terciários do território português, envolvendo a execução de numerosas litografias dos melhores exemplares, o que envolveu custo elevados (Costa, 1866/1867). Por outras palavras, para Pereira da Costa, os estudos de terreno não constituíam um fim em si mesmo, ao contrário do que acontecia com Carlos Ribeiro, mas sim um meio para proporcionarem novas descobertas de belos exemplares fósseis, depois por si cuidadosamente estudados e publicados.

Por seu turno, Carlos Ribeiro poderia sentir-se injustiçado pelo facto de os seus contributos para os referidos estudos científicos jamais terem sido valorizados, sequer na partilha da respectiva autoria. No entanto, também não devemos exagerar demasiadamente esta realidade, à luz dos critérios éticos e científicos vigentes na actualidade. A combinação feita previamente no respeitante ao trabalho de um e de outro na Comissão Geológica, cobria, necessariamente, tal situação, que hoje em dia se no afigura pouco ética.

Era este, pois, o espírito envenenado existente em 1866 e 1867 entre os dois membros co-directores da 2.ª Comissão Geológica. A breve trecho, sobreveio a extinção da mesma, por decreto de 1 de Fevereiro de 1868. Para tal, foi decisiva a intervenção directa de Pereira da Costa, valendo-se das suas relações com o Ministro das Obras Públicas, seu antigo colega na Escola Politécnica, que lhe entregou a direcção dos estudos geológicos no País, confirmado pelo decreto de 23 de Dezembro de 1868. Este diploma dava o golpe final na herança científica da Comissão, ao determinar a passagem para a Escola Politécnica de todos os materiais de estudo reunidos, incluindo livraria, colecções e mobília (Delgado, 1905: 24, 25).

Pereira da Costa conseguia, assim, ainda que fugazmente, atingir o objectivo por que lutava desde há muito: a reunião num único estabelecimento público de um grande Museu, que servisse simultaneamente ao estudo e à investigação, e a direcção no País, da actividade geológica. Esforço inglório, porquanto,

menos de um ano volvido sobre a data deste último decreto, quando as condições políticas o permitiram, era de novo restaurada a Comissão Geológica, por decreto de 18 de Dezembro de 1869 assinado pelo Ministro das Obras Públicas. Pereira da Costa, até ao final da sua longa vida de cerca de 80 anos (nasceu a 11 de Outubro de 1809, faleceu a 3 de Maio de 1889), continuou a dedicar-se à manutenção e aumento, por compra, das colecções de geologia (petrografia), paleontologia e mineralogia do Museu da Politécnica sem voltar a publicar qualquer obra de vulto.

Deve no entanto referir-se que parte das colecções da Comissão Geológica nunca foram devolvidas, como tivemos a ocasião de verificar pessoalmente, em 1977, antes do incêndio que destruiu as preciosas colecções do Museu de História Natural instalado na então Faculdade de Ciências de Lisboa, o mesmo se verificando com as respectivas edições, mormente as belíssimas Memórias editadas pela Comissão Geológica da autoria de Pereira da Costa, que ainda se encontravam à venda, na década de 1980, por preços irrisórios, na secção de Mineralogia e Geologia do Museu, então em fase de reorganização.

Em que medida as relações pessoais e os acontecimentos relatados delas decorrentes condicionaram e determinaram as explorações científicas realizadas nos concheiros de Muge, é o que se procurará averiguar de seguida.

2 – HISTÓRIA DAS INVESTIGAÇÕES

Foram estes dois homens, de personalidades tão díspares, e com visões igualmente muito distintas quanto ao desenvolvimento dos estudos geológicos em Portugal, suas metodologias, objectivos e prioridades, que se encontram indissociavelmente ligados às primeiras investigações efectuadas nos concheiros mesolíticos de Muge, hoje em dia mundialmente conhecidos.

Deve-se ao próprio Carlos Ribeiro as primeiras descobertas dos vestígios das mais antigas actividades humanas no baixo Tejo, em 1863, ano igualmente memorável no progresso dos conhecimentos sobre a origem do Homem, não só devido à publicação da obra de Charles Lyell, “*The geological evidences of the antiquity of Man*” (Lyell, 1863), mas também pela descoberta, no vale do Somme, em Moulin-Quignon, perto de Abbeville de mandíbula humana (Perthes, 1864) que, conforme se veio a verificar pouco depois, correspondia a tentativa de forjar uma prova directa insofismável, que até então faltava, sobre a demonstração da presença humana em tão recuados tempos. Apesar de verificada a fraude, Lyell, que a discutiu detalhadamente, manteve-se firme na autenticidade dos achados de artefactos líticos anteriormente efectuados, suficientes para a demonstração da referida antiguidade, conforme consta de adenda que então produziu ao seu célebre livro (Lyell, 1864: 18, 19).

Em Portugal, estavam deste modo criadas as condições para Carlos Ribeiro assumir como prioritárias as investigações da mesma índole no vale do Tejo, o que veio a acontecer ao mesmo tempo que, em França se desenrolavam os acontecimentos acima referidos. “*Foi à custa de não pouco trabalho e de bastantes contrariedades, que no anno de 1863 e seguintes descobrimos, e fizemos colligir sob nossa exclusiva e immediata direcção, tanto os restos de esqueletos humanos, de animaes vertebrados e molluscos no Cabeço de Arruda, Salvaterra e outros logares dentro do valle do Tejo, como a maior parte dos numerosos objectos de arte humana pre-historica que em 1868 se viam no museu da Commissão Geologica. Deu origem a estas investigações e descobertas, a necessidade de reconhecermos pelo exame dos factos geologicos, quaes tinham sido os movimentos mais importantes occorridos no nosso solo depois da abertura dos valles de primeira ordem que actualmente o cortam, e indicar quaes d’esses movimentos foram contemporaneos da especie humana; questões estas da mais alta importancia, e que interessam não só á geologia da peninsula hispanica, como á hydrographia e aos difficeis problemas hydraulicos, que a engenharia tem de resolver para a restauração e conservação dos nossos portos e barras*” (Ribeiro, 1871: 1, nota infrapaginal).

É interessante observar que Carlos Ribeiro menciona a data de 1868 como correspondendo àquela em que os espólios recuperados se podiam ainda ver no Museu da Comissão Geológica, antes da transferência das colecções para a Escola Politécnica, determinada em Dezembro daquele ano, como

acima se referiu, a qual, no respeitante às peças em causa, terá sido de facto efectuada, ao contrário de outros espólios, dado tratar-se de materiais cujo estudo interessava directamente a Pereira da Costa.

Compulsando os apontamentos de campo de Carlos Ribeiro, passados a limpo na época pelo próprio, a partir das anotações registadas nos seus cadernos de campo (Fig.4), verifica-se que foi nos dias 13 e 14 de Abril de 1863 que se deram as primeiras descobertas (Cardoso, 2015):

“Abril 13 e 14

Digressão ao Paúl dos Magos e determinação de limites.

A margem esquerda do Valle do Tejo apresentase em esplanada mui suave desde o Casal ou Quinta do Sargento Mór ate Salvaterra. No valle do Paul de Magos é a margem direita abatida e a esquerda abrupta. As alturas relativas as margem desde a coroa da esplanada ate ao campo andam por 10 a 15,0 m.

Ao da Q.ta da Sardinha obra de 1 kilometro para O no sitio do Côte grande e em propriedades do Arneiro do Roquete, depara-se com uma mui grande quantidade de fragmentos de conchas recentes de mistura com arêa solta semi grosseira. Os fragm. tos são n'uma tal quantidade que embranquecem o solo às manchas Seg.do a accumulção é maior ou menor. O seo aspecto é exactamente o d'arêa das praias que tem m.to fragm.to de concha. Por entre esta area ou na superficie encontrasse m.tos bocados destes ou conglutinados com os fragm.tos das conchas parecendo-se com m.tas conglutinações que se encontram nas arenatas da linha de costa, como por exemplo no sitio das Sete Bicas entre a Foz d'Albufeira e a Foz da Fonte.

A extensão que occupa é pequena mas chega a 400,0m. É coberto pelas arêas finas pliocenes, mas as que o vento tem posto em movim.to. A sua altitude vai até 14 m. Começando do campo ou de uma pequena valetaforma uma pequena rampa que precede uma planura onde acabam os taes restos animaes.

Os restos que ali se encontrão são – Uma phalange que parece de digitigrado Um fragmento de vertebra de mamal terrestre Um fragmento de craneo (osso espesso) – Idem Fragmen.tos d'ossos dos membros locomotores – Idem Fragm.tos de costellas – Idem Pequenos ossos delgados e fragm.tos d'outros –

Garras de Caranguejo –

Buccinum- Tellina – Nucula – Cardium edule – Ostra recente (...) esta no estuario do Tjo – Chitton (sic) – Idem - e que se come – Pecten – Solen –

Estas conchas tem algumas as cores, o nacarado, e as outras teem a frescura de conchas novas. São indícios do antigo estuario do Tejo.

(...)

Abril 24 – Digressão pela Rapôsa, V.e de Postigo e Machadinhos.

Por cima das camadas de gres avermelhado trigueiro pliocene que formam a escarpa que denominam a Fonte da Burra proximo às Pontes do Ralão logo a sahida de Mugem há as arenatas com abundantes

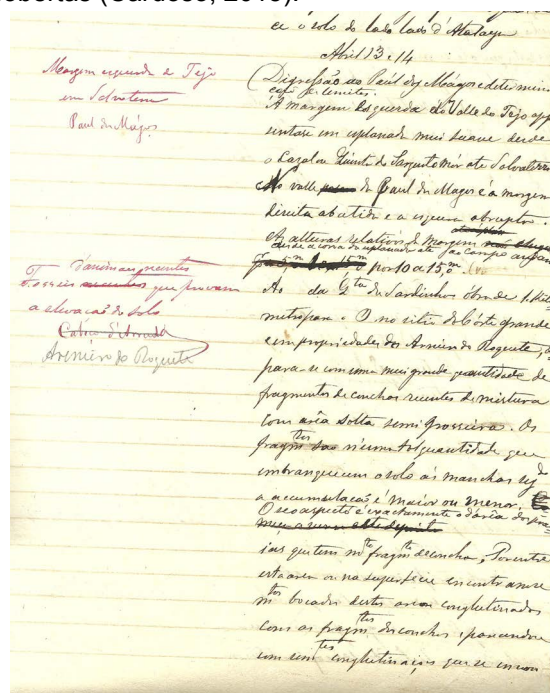


Fig. 4. Folha autógrafa de Carlos Ribeiro, resultante da passagem a limpo pelo próprio dos seus apontamentos de campo, onde regista a identificação, no dia 13 de Abril de 1863 do concheiro do Arneiro do Roquete (ou da Cova da Onça), no vale da ribeira de Magos.

*restos de conchas (Cardium, Telina, etc.) a um nível de 12 m acima dos campos de Muge dentro do Paul. Segui pela Motta da Valla ate metter na estrada que vai à Raposa (sic) e ao lado della ¼ d´ora depois de deixar a motta encontrase um pequeno cabeço denominado **Cabeço d´Arruda**. Elle está uns 6,0m acima do Paul. Apresenta para o lado do Paul uma escarpa abrupta formada por uma lumachella de conchas marinas, e ossos d´animaes terrestres tendo 3,0 m de possança visivel. Ali encontrei o cardium edule, um único bocado de valor de Solen, uma pequena cypraea, sendo a lumachella formada na maior p.te de Fragilias e conchas quebradas pela maior p.te e tudo bivalves. Encontrei também um bocado de mandibula de mamal terrestre com dentes; uma porção de mandibula de Roedor, uma phalange, e differentes ossos de roedores e d´outros animaes.*

No mesmo deposito do Cabeço d´Arruda encontram-se calhaus de quartzite ate ao tamanho d´óvos de perúa, dispersos d´um modo irregular no interior da massa, e com o seo eixo maior diversamente inclinado ao plano horizontal segundo o qual o deposito se manifesta. Tudo (...) que é um deposito de transporte feito por uma corrente violenta que parece ter seguido parallela ao eixo do valle do tejo e n´uma epocha em que já se tinha feito os depositos pliocenes. Encontram-se neste deposito m.tos fragm.tos de madeira completam.te carbonisada.(...)”.

São estas as primeiras referências sobre as descobertas de concheiros nos vales da ribeira de Magos (o Arneiro do Roquete) e na ribeira de Muge, então designada por Paul do Duque, onde se encontrou o concheiro do Cabeço da Arruda.

Anteriormente, tinha-se publicado já um extracto do caderno de campo original de Carlos Ribeiro, com uma versão diferente da que agora se apresenta, onde se dava conta da descoberta do concheiro do Arneiro do Roquete, embora nele não se mencione tal topónimo (Cardoso e Rolão, 1999/2000, Documento n.º 3).

Conclui-se que os reconhecimentos geológicos se iniciaram pelo vale da ribeira de Magos, prosseguindo, depois, para montante, atingindo o vale da ribeira de Muge, também ela tributária da margem esquerda do rio Tejo.

Na ribeira de Magos, o único concheiro a ter sido identificado nesta primeira prospeção foi o Arneiro do Roquete, confirmando as informações publicadas por Carlos Ribeiro anos depois (Ribeiro, 1884: 280). Este concheiro foi também designado pelo topónimo de Quinta da Sardinha, nome que Afonso do Paço haveria ulteriormente de correlacionar com duas outras designações, a Cova da Onça e o Monte dos Ossos, ambos situados na margem direita da ribeira de Magos (Paço, 1938). Deste modo, pode concluir-se que os três topónimos correspondem a apenas um sítio arqueológico (Cardoso e Rolão, 1999/2000, p. 85), mais conhecido na terminologia arqueológica por Cova da Onça. Na verdade, é a este concheiro que se reporta um assinalável número de restos humanos, correspondentes a mais de 30 indivíduos, actualmente conservados no Museu Geológico, entretanto estudados (Cunha e Cardoso, 2002/2003). Carlos Ribeiro, na sua única publicação dedicada aos concheiros do vale do Tejo, apresentada ao Congresso Internacional de 1880, declara que, por oposição do proprietário, não lhe foi possível proceder a escavações arqueológicas no local desse concheiro (Ribeiro, 1884: 280). Deste modo, os restos humanos dali provenientes resultaram de intervenção arqueológica realizada em data ulterior a 1880.

Já na ribeira de Muge, designada por Paul do Duque, o primeiro concheiro a ser identificado por Carlos Ribeiro foi o da Fonte da Burra, situado a pouca distância da povoação e na encosta esquerda da ribeira, sendo ulteriormente designado por Moita do Sebastião. Prosseguindo de jusante para montante, ao longo da margem esquerda da ribeira de Muge, Carlos Ribeiro não se apercebeu da existência do concheiro do Cabeço da Amoreira, a 1,5 km do anterior e do mesmo lado do vale, apesar de este se encontrar bem evidente na paisagem, pelo montículo de conchas que o constitui; o referido concheiro só foi reconhecido ulteriormente, provavelmente em 1864, aquando da realização das escavações no Cabeço da Arruda. Prosseguindo para montante, Carlos Ribeiro atravessou o Paul do Duque e, já na margem direita do vale, identificou o concheiro do Cabeço da Arruda, aquele onde se iniciaram as escavações, em 1864, depois alargadas em anos subseqüentes, até 1880, quando foram visitadas

pelos participantes da IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas na excursão a Muge então organizada. Ainda antes de 1880, foram identificados os concheiros da Fonte do Padre Pedro, e do Cabeço da Amoreira (Ribeiro, 1884: 280), todos eles objecto de escavações ou de simples sondagens ainda no século XIX.

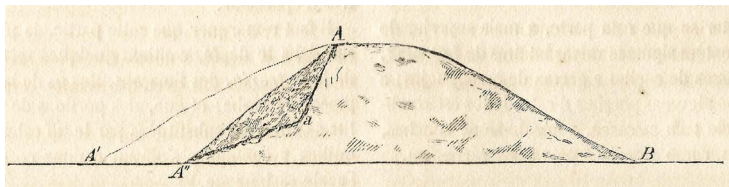


Fig. 5. Corte executado no concheiro do Cabeço da Arruda em 1864, por Carlos Ribeiro (COSTA, 1865, Fig. 1).



Fig. 6. Estratigrafia observada no corte executado no concheiro do Cabeço da Arruda em 1864, por Carlos Ribeiro (COSTA, 1865, Fig. 2).

por Pereira da Costa (Costa, 1865), que utiliza, sem citar a fonte, a informação de campo recolhida por Carlos Ribeiro, naquela que foi a primeira monografia sobre uma estação pré-histórica do território português. No longo título da publicação: “*Da existência do Homem em epochas remotas no valle do Tejo – primeiro opusculo. Noticia sobre os esqueletos humanos descobertos no Cabeço da Arruda*” (Costa, 1865) (Fig. 7) era já patente a preocupação de demonstrar a antiguidade do povoamento humano do território português. O Autor evidencia pleno domínio do objecto do estudo, o qual, centrado no estudo antropológico de alguns dos restos humanos recuperados, não deixa de evidenciar a actualização científica dos seus conhecimentos, através do uso que fez da bibliografia mais relevante ao tempo disponível. Pode, contudo, estranhar-se o facto de Carlos Ribeiro não ter sido associado como autor à referida publicação, uma vez que foi ele a reconhecer o sítio arqueológico e a dirigir as escavações de que resultaram os espólios estudados (Carneiro, Mota e Leitão, 2013). Mas esta é uma questão que, conforme atrás se referiu, não pode ser abordada pelos critérios científicos vigentes na actualidade. Com efeito, a própria separação das tarefas atribuídas aos dois membros co-directores da Comissão Geológica fazia de Carlos Ribeiro o autor dos trabalhos de cartografia geológica e de Pereira da Costa os estudos de gabinete sobre os materiais obtidos no terreno, mesmo que tivessem resultado da actividade do próprio Carlos Ribeiro. No caso em apreço, é provável mesmo que Pereira da Costa jamais se tenha deslocado ao local.

As escavações efectuadas em 1864 por iniciativa de Carlos Ribeiro no concheiro do Cabeço da Arruda, foram as primeiras que, com método científico, se realizaram em Portugal. O corte estratigráfico então executado (Fig. 5) do lado sudoeste do concheiro, voltado para o Paul do Duque, que atravessou todas as camadas constituintes da acumulação, evidenciou bem a disposição das mesmas, com a característica disposição inclinada, resultante de sucessivos despejos (Fig. 6).

Os resultados obtidos no concernente aos restos humanos foram publicados

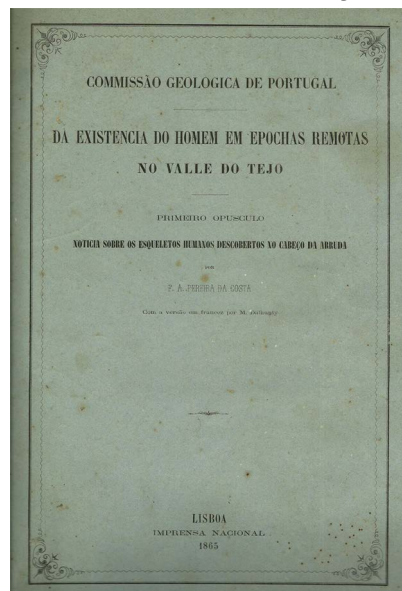


Fig. 7. Capa da brochura da obra de Francisco Pereira da Costa (COSTA, 1865).

Foi no decurso das escavações realizadas em 1864 no Cabeço da Arruda, nas quais participou Nery Delgado, então Adjunto da Comissão Geológica, que este recordou as semelhanças entre este concheiro e os célebres concheiros da Dinamarca, conforme declara Carlos Ribeiro em manuscrito já publicado (Cardoso, 2013 b), ideia suscitada pelo já mencionado célebre livro de Lyell saído no ano anterior (Lyell, 1863), o qual era conhecido dos membros da Comissão Geológica (ver, p. ex., Costa, 1865: 3, que retomou a mesma ideia).



Fig. 8. Foto da base do concheiro do Cabeço da Arruda onde se distribuíam numerosas sepulturas identificadas nas escavações realizadas em 1880 (RIBEIRO, 1884, Pl. 1).

É ainda interessante verificar que, aquando da sua identificação, Carlos Ribeiro atribuiu a formação dos concheiros do Arneiro do Roquete e Cabeço da Arruda a causas naturais, e não à actividade antrópica. Esta no entanto foi rapidamente valorizada, aquando das escavações realizadas no Cabeço da Arruda, em 1864, evidenciada pela presença de numerosos esqueletos humanos, que então atingiam os 45 indivíduos (Costa, 1865: 13), número muito aumentado pelas escavações realizadas em 1880, sendo alguns deles fotografados *in situ*, o que constituiu o primeiro registo deste tipo publicado em Portugal (Ribeiro, 1884: Pl. I, II) (Fig. 8).

As condições observadas aquando das escavações efectuadas em 1864, correspondendo a um corte que atravessou todas as camadas constituintes do concheiro, no lado sudoeste do mesmo, voltado para o Paúl do Duque, foram minuciosamente descritas e interpretadas por Carlos Ribeiro, conforme se vê na monografia assinada apenas por Pereira da Costa, a primeira publicada em Portugal de uma estação pré-histórica. Nessa publicação, Pereira da Costa utilizou os elementos de observação obtidos por Carlos Ribeiro sem jamais fazer referência ao seu nome, conforme seria natural. Não admira, pois, que Carlos Ribeiro se sentisse no direito de no seu estudo de 1880 mas publicado apenas em 1884, quando as relações já estavam cortadas entre ambos, sublinhar de forma concisa e objectiva, a efectiva autoria da identificação e dos trabalhos arqueológicos então realizados naquelas que se inscrevem no conjunto das mais notáveis estações mesolíticas europeias.

A repercussão internacional destas descobertas muito contribuiu para a realização, em Setembro de 1880, da IX Sessão do Congresso Internacional de Arqueologia e de Antropologia Pré-Históricas, na qual coube a Carlos Ribeiro desempenhar o papel de anfitrião e principal responsável pela organização da reunião, na qualidade de Secretário Geral. Ali apresentou Carlos Ribeiro, já diminuído fisicamente pela moléstia de que viria a falecer, dois anos volvidos, comunicação ilustrando os trabalhos nesse ano realizados nos concheiros do Cabeço da Arruda e da Moita do Sebastião, merecendo destaque especial o número acrescido de esqueletos humanos postos a descoberto em ambos os locais.

Verifica-se, assim, que Carlos Ribeiro desde cedo perspectivou a investigação em Arqueologia Pré-Histórica como importante fonte de conhecimento, indispensável à Geologia do Quaternário, e à Geologia aplicada. Tal posição só espanta por ser pioneira, e sobretudo porque, infelizmente, não teve o desenvolvimento que mereceria: quantas dificuldades no terreno e dinheiro mal gasto do erário público se teriam poupado se os projectistas de obras públicas dos dias de hoje tivessem a simplicidade e a clarividência demonstradas por Carlos Ribeiro, ele próprio personificando a importância da existência de um conhecimento sincrético que, englobando a Geologia, a Arqueologia e a Engenharia Civil e de Minas, tornaram mais sustentável e valorizaram indiscutivelmente a sua actuação, tanto no terreno, como nos relatórios e trabalhos que produziu.

3 – EPÍLOGO

Ciente da importância científica das descobertas até então efectuadas, e do prestígio que, por esta via, advinha para o País, Nery Delgado, nomeado Director da Comissão dos Trabalhos Geológicos em 1882 após o falecimento de Carlos Ribeiro e seu colaborador próximo, encarregou F. de Paula e Oliveira, também ele adstrito à Instituição, de continuar os trabalhos de campo. Sob sua direcção realizaram-se duas campanhas de escavações, em 1884 e em 1885, nos concheiros do Cabeço da Arruda, Moita do Sebastião e Cabeço da Amoreira, com excelentes resultados, que infelizmente ficaram por publicar, por via da morte prematura do seu autor, exceptuando pequena nota póstuma (Oliveira, 1888/1889). Terminava assim a primeira fase da brilhante investigação promovida pela Comissão Geológica de Portugal entre 1857 e 1868, e logo depois pela Secção dos Trabalhos Geológicos, dirigida desde 1869 por Carlos Ribeiro até à sua morte, ocorrida em 1882.

REFERÊNCIAS

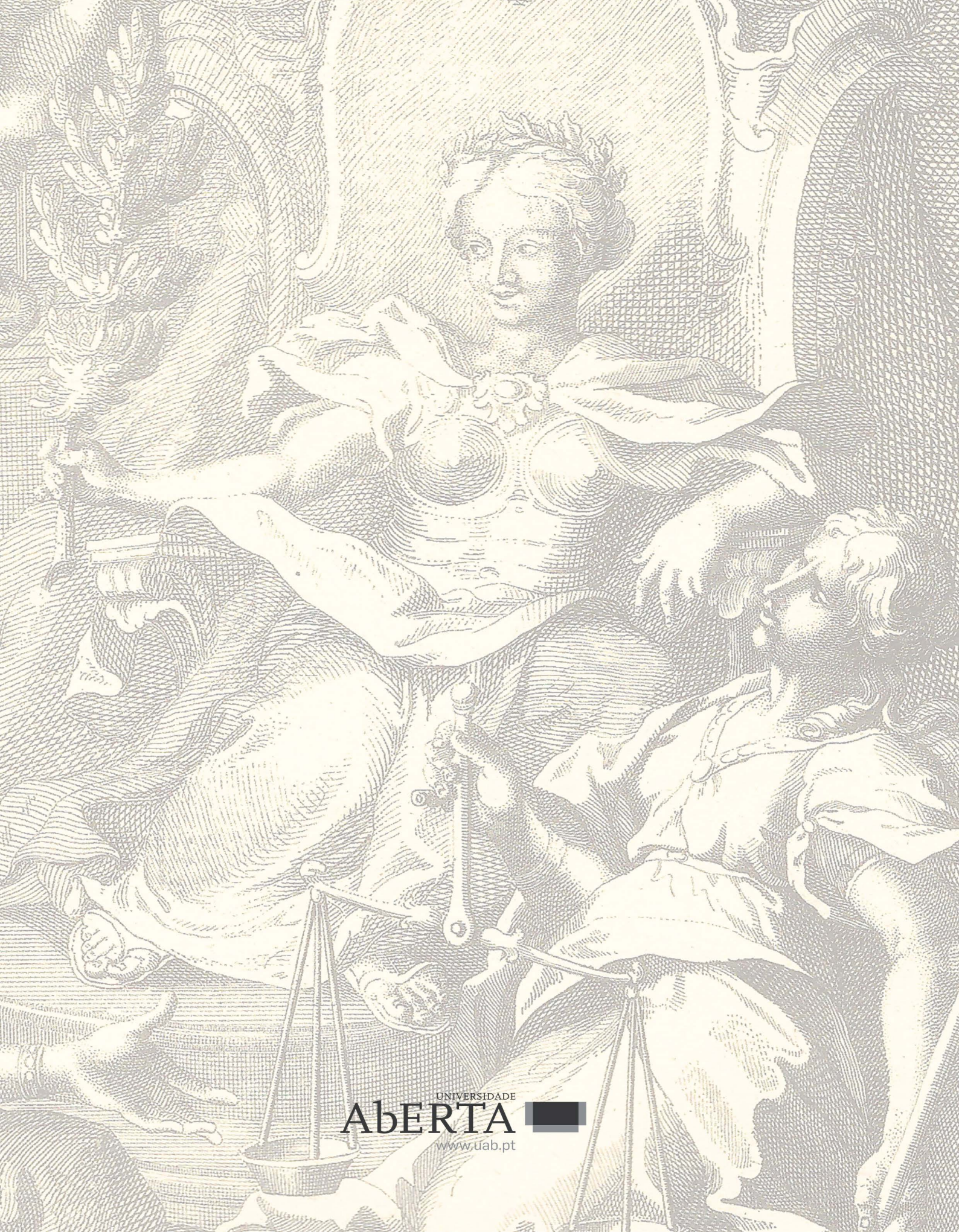
- AGUIAR, P. (1941). *Os Generais José Vitorino Damásio e Carlos Ribeiro*. Porto: Tip. Empresa Guedes, Lda.
- ALMEIDA, F. MOITINHO DE & CARVALHOSA, A. BARROS E (1974). Breve história dos Serviços Geológicos de Portugal. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 58, p. 239-265.
- ANTUNES, M. T. (1986). Sobre a História da Paleontologia em Portugal. In *História e desenvolvimento da Ciência em Portugal*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2, p. 773-814.
- ANTUNES, M. T. (1989). Sobre a História do Ensino da Geologia em Portugal. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 75, p. 127-160.
- CARDOSO, J. L. (2013 a). Carlos Ribeiro, a “Breve notícia acerca do terreno quaternario de Portugal” e a questão do Homem terciário em Portugal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 27-88.
- CARDOSO, J. L. (2013 b). Carlos Ribeiro e o reconhecimento do Solo Quaternário do vale do Tejo: enquadramento geológico dos concheiros mesolíticos das ribeiras de Magos e de Muge. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 89-100.
- CARDOSO, J. L. (2015). Carlos Ribeiro and Francisco António Pereira da Costa: dawn of the Mesolithic shellmiddens of Muge (Salvaterra de Magos). In Bicho, N., Detry, C.; Price, T. D. & Cunha, E., *Muge 150th: The 150th Anniversary of the Discovery of Mesolithic Shellmiddens*. Cambridge Scholars Publishing, p. 1-18.
- CARDOSO, J. L. & ROLÃO, J. M. (1999/2000). Prospecções e escavações nos concheiros mesolíticos de Muge e de Magos (Salvaterra de Magos): contribuição para a história dos trabalhos arqueológicos efectuados. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 83-240.
- CARNEIRO, A.; MOTA, T. S. & LEITÃO, V. (2013). *O chão que pisamos. A Geologia ao serviço do Estado (1848-1974)*. Lisboa: Edições Colibri.
- CASTELO BRANCO, C. (1884). *O General Carlos Ribeiro (recordações da mocidade)*. Porto: Livraria Civilização.
- COSTA, F. A. PEREIRA DA (1865). *Da existencia do Homem em epochas remotas no valle do Tejo. Primeiro opúsculo. Noticia sobre os esqueletos humanos descobertos no Cabeço da Arruda*. Lisboa: Comissão geológica de Portugal.
- COSTA, F. A. PEREIRA DA (1866/1867). *Molluscos fosseis. Gasteropodes dos depósitos terciários de Portugal*. Lisboa: Comissão Geologica de Portugal.
- COSTA, J. CARRINGTON DA (1949). Aspectos da evolução dos serviços encarregados do estudo geológico de Portugal. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Ciências*. Lisboa. 5, 14 p. (separata).
- CUNHA, E. & CARDOSO, J. (2002/2003). New data on Muge shell middens: a contribution to more accurate numbers and dates. *Muge – Estudos Arqueológicos*. Salvaterra de Magos. 1, p. 171-183.
- DELGADO, J. F. NERY (1905). *Elogio histórico do General Carlos Ribeiro*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- GOMES, J. P. (1903/1904). Notice biographique sur Francisco Antonio Pereira da Costa. In DOLLFUS, G. F. *et al.*, (1903/1904), *Molusques tertiaires du Portugal. Planches de Gastéropodes et Pélécipodes laissées par F. A. Pereira da Costa accompagnées d’une explication sommaire et d’une esquisse géologique*. Lisboa: Comissão do Serviço Geológico de Portugal, p. VIII-IX.
- LYELL, CH. (1863). *The Antiquity of Man with Remark on Theories of the Origin os Species by Variation*. London: John Murray.

- LYELL, CH. (1864). Découverte suppose d'un os maxillaire inférieure humain dans la couche supérieure du terrain de Moulin-Quignon, dans les environs d'Abbeville. In *L'Ancienneté de l'Homme. Appendice*. Paris: J. B. Baillièere et Fils, p. 14-19.
- OLIVEIRA, F. DE P. E (1888/1889). Nouvelles fouilles faites dans les kioekkenmoeddings de la vallée du Tage (mémoire posthume). *Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal*. Lisboa. 2 (1), 27 p. (separata).
- PAÇO, A. DO (1938). Novos concheiros do vale do Tejo. *Brotéria*. Lisboa. 27 (1), p. 66-75.
- PERTHES, BOUCHER DE (1864). *De la mâchoire humaine de Moulin-Quignon: nouvelles découvertes en 1863 et 1864*. Paris: Jung-Treuttel, Derache, Dumoulin, V. Didron.
- RIBEIRO, C. (1871). *Descrição de alguns sílex e quartzites lascados encontrados nas camadas dos terrenos terciário e quaternário das bacias do Tejo e Sado*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- RIBEIRO, C. (1884). Les kioekkenmoeddings de la vallée du Tage. *IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas (Lisboa, 1880)*. Actas. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, p. 279-289.
- ZBYSZEWSKI, G. (1949). *Deux cartes géologiques inédites, oeuvres de Carlos Ribeiro et J. F. Nery Delgado*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

Produção

UNIVERSIDADE ABERTA

edição eletrónica, 2018



UNIVERSIDADE
ABERTA 
www.uab.pt